



36560041

08119.003929/2026-12



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas Penais
Diretoria da Penitenciária Federal em Mossoró/RN

DESPACHO Nº 2702/2026/DIPF-MOS/SENAPPEN

Destino: **DIAD-MOS, AGCOMP-MOS e AGOFI-MOS**Assunto: **Material: Aquisição de material/serviço**Interessado(a): **PFMOS**

1. Trata-se da necessidade de **aquisição de gravador de Vídeo em Rede (NVR)** para atender os interesses da Penitenciária Federal em Mossoró (PFMOS/RN), conforme Documento de Formalização da Demanda - DFD (36450296).
2. Por meio do Despacho 652 (36550655), o Serviço de Licitações e Contratos desta UPF acolheu a Nota Técnica 70 (36549763), que consolida a pesquisa de mercado realizada para o item de interesse e conclui que o valor referencial para aquisição é de **R\$ 53.205,81 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais e oitenta e um centavos)**, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR REFERÊNCIA (TOTAL)
1	Gravador de Vídeo em Rede (NVR)	10	R\$ 5.320,58	R\$ 53.205,81
TOTAL:				R\$ 53.205,81

3. Desta feita, à luz da documentação carreada e atendendo à sugestão da área técnica desta UPF, **APROVO** a Termo de Referência (36527804) e a Pesquisa de Mercado materializada na Nota Técnica 70 (36549763).
4. À **AGOFI-MOS**, para verificação de **disponibilidade orçamentária na importância de R\$ 53.205,81 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais e oitenta e um centavos)**.
5. À **AGCOMP-MOS**, para lançamento da demanda no **Sistema de Dispensa Eletrônica do ComprasNet**.
6. À **DIAD-MOS**, para conhecimento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Roderick Ordakowski, Diretor(a) da Penitenciária Federal em Mossoró/RN**, em 07/08/2026, às 13:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **36560041** e o código CRC **A4AF6CC0**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08119.003929/2026-12

SEI nº 36560041